

O TRABALHO DA REDE DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: PERSPECTIVAS A PARTIR DOS EDUCADORES SOCIAIS DO PCA/UEM

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Paula Marçal NATALI¹, João Alfredo Martins MARCHI², Marcos André de Souza SILVA³, Jaqueline De Carvalho NUNES⁴, Lilian Caroline Oliveira SILVA⁵, Verônica Regina MÜLLER⁶

¹Docente do Departamento de Educação Física/CRV (UEM), contato: paulamnatali@gmail.com

²Docente do curso de Artes Cênicas - Departamento de Música (UEM), contato: joaomarchi23@hotmail.com

³Egresso do curso de Direito (UEM), contato: maandresouza@gmail.com

⁴Discente do curso de Artes Cênicas - Departamento de Música (UEM), Bolsista de extensão/UEM, contato: nunes.jaquelinecarvalho@outlook.com.br

⁵ Discente do curso de Artes Cênicas - Departamento de Música (UEM), contato: lilian.silva140@etec.sp.gov.br

⁶ Docente do Programa de Pós Graduação em Educação/PPE (UEM) contato: veremuller@gmail.com

Resumo. *O presente texto objetiva discutir e problematizar as ações em conjunto da rede de atendimento à criança e ao adolescente de Maringá - Paraná, a partir da exposição e análise de uma reunião convocada pelos educadores sociais do Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e nas Ruas. A metodologia pauta-se nos relatos dos educadores e a análise parte de um diálogo entre a prática e a teoria. Nossa discussão teórica dialoga diretamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990). Os resultados apontam para a necessidade de diálogo com a rede, bem como destaca a importância do Educador Social com formação qualificada para atuar entre a rede, buscando a efetiva garantia dos direitos e a continuidade da ação da rede em diferentes âmbitos e contextos.*

Palavras-chave: *Educação Social- Rede de Atendimento- Estatuto da Criança e do Adolescente.*

Introdução

O presente trabalho apresenta a temática da rede de atendimento à criança e ao adolescente da cidade de Maringá, no Paraná e a atuação dos educadores sociais do Projeto de extensão Brincadeiras com meninos e meninas de/e nas ruas neste contexto. A problemática versa sobre a necessidade de apresentar propostas e práticas efetivas para que a rede de atendimento atue de modo mais efetivo e contínuo em seus encaminhamentos relativos à proteção de crianças e adolescentes.

Para tanto, apontamos como fundamental o trabalho do Educador Social, o qual é um agente da educação que potencialmente deve mediar o diálogo entre o sujeito com seus direitos violados e seus possíveis encaminhamentos na rede de atendimento. A ação do educador deve se fundamentar em “[...] gerar possibilidades para que el otro se construya a sí mismo, a su modo y para que sume elementos que le permitan entender el mundo en que vivimos y elegir el lugar que quiere ocupar en él” (MORALES, 2012, p.14).

As diversas instituições voltadas à garantia e a promoção dos direitos da população infanto-juvenil, tais como os Conselhos Tutelares, os Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos das Crianças, os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, os Centros de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil - CAPSI, bem como os profissionais que lidam direta e/ou indiretamente com crianças e adolescentes, tais como professores, agentes de saúde, assistentes sociais e outros, têm, segundo o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o dever de "assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer[...]" (Art. 4º do ECA, BRASIL, 1990).

Nesse contexto, o Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas Ruas "[...] enfatiza a participação de diferenciados atores sociais como professores e profissionais de várias áreas do conhecimento" (MAGER, et. al, 2011, p. 27) na busca pela efetivação da garantia de direitos. A metodologia adotada denomina-se lúdico-político-pedagógica por articular, por meio de brincadeiras, os saberes do ECA com ações pedagógicas pensadas e experienciadas com crianças de diferentes idades (MÜLLER e RODRIGUES, 2002). O projeto de extensão atualmente conta com pólos em Ivaiporã/PR e em Maringá/PR.

O recorte de nosso trabalho, a partir do exposto, contempla a prática dos educadores do projeto de extensão em Maringá que identificaram violações de direitos de crianças e adolescentes no desenvolvimento do projeto de extensão, a partir dos registros em forma de relatórios, acionaram, a partir do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente- PCA – programa que o projeto de extensão faz parte- um convite para representantes da rede de atendimento afim de investigar: Se havia alguma ação da rede já em processo nos casos identificados? Quais caminhos poderiam ser assumidos pelos representantes da rede para melhor direcionar e garantir o cumprimento dos direitos das crianças que tiveram sua situação desvelada pelos educadores do projeto de extensão? Estas foram algumas questões abordadas durante as reuniões organizadas pelo PCA e que serão pormenorizadas na discussão dos resultados a fim de destacar nosso objetivo em analisar as potências e os limites da rede de atendimento à criança e ao adolescente de Maringá na perspectiva dos educadores sociais do projeto Brincadeiras.

Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, sendo identificada como um estudo de caso (MORGADO, 2012) que, em nosso caso, versam sobre a rede de atendimento à criança e ao adolescente. A coleta de dados se deu em dois momentos distintos: o primeiro contemplou a prática dos educadores do projeto Brincadeiras no local de atuação do projeto na cidade de Maringá. Tais práticas foram responsáveis por detectar as violações de direitos de uma criança e uma adolescente pertencente ao projeto. O segundo momento foram os encontros com a rede de atendimento, feito a partir de um convite do PCA para discutir o caso de duas participantes do projeto de extensão. Nesta análise partimos mais especificamente de uma situação de violação de direitos

Os instrumentos de coleta dos dados, foram os relatórios escritos e gravados em áudio pelos educadores do projeto Brincadeiras. Os resultados são apresentados a seguir e é importante considerar que este é um recorte analítico da ação educativa do PCA que está em constante desenvolvimento e atividade até os dias de hoje.

Desenvolvimento e processos avaliativos

A primeira destas reuniões, teve como objetivo propor um diálogo com os diferentes segmentos da rede de uma forma objetiva e realizar uma tomada de decisão para ações imediatas e efetivas em prol da garantia de direito das crianças.

Durante o encontro, o primeiro momento foi reservado para um relato amplo das intervenções realizadas por cada órgão presente em relação aos casos tema da reunião. O CRAS e CREAS, relataram o histórico de atendimento à família da adolescente, bem como se esta recebia algum benefício assistencial, há quanto tempo o recebia e se era receptiva com os funcionários do órgão.

O CAPSI, também apresentou o seu relatório de atendimento à respeito da situação psicológica da adolescente em questão. Foram reportados ainda relatos dos representantes de escolas e organizações da sociedade civil que realizam atendimento educacional às crianças. Por fim, apresentamos o relato dos educadores do Projeto Brincadeiras de todo o histórico de contato com a adolescente e sua família.

Em um segundo momento, constatou-se que a adolescente estava sendo atendida pela rede. Neste sentido, procedeu-se à discussão sobre quais ações deveriam ser tomadas para encaminhar o caso. Desta forma, como último aspecto da reunião foram definidos os responsáveis pelas ações imediatas a serem tomadas e uma data para um novo encontro para discutir os avanços.

O mote para esta primeira reunião foi o fato da adolescente ter sofrido abuso por parte de seu irmão mais velho. Com a rede, foi questionado o motivo da adolescente ter saído de sua residência ao invés do adulto acusado da violação, a resposta dada foi que a mãe da adolescente não aceitou nenhuma das propostas de tirar o acusado de dentro de casa e na ânsia de não gerar mais conflitos familiares, a própria adolescente decidiu ir para um abrigo provisório na cidade de Maringá.

Alguns dos órgãos presentes não tinham conhecimento integral da situação e como a mesma estava sendo acompanhada por várias entidades, cada uma sabia apenas de uma parcela do caso, mesmo assim, percebemos que muitas informações eram vagas e divergentes, já que não havia comunicação entre a rede e a adolescente que tinha que repetir a história para cada órgão onde se inseria. Como encaminhamento para afastar a adolescente dos momentos de automutilação, a rede se articulou para inseri-la em atividades como a equoterapia, aulas de violão e capoeira, que, até o presente momento tem dado resultado. Entendemos que este processo de rede apresenta-se muito burocrático e pouco articulado e que a ação do PCA em chamar esta reunião fez com que diferentes esferas de atendimento da mesma adolescente se encontrassem para discutir o caso.

Assim, como este caso pormenorizado no texto, os educadores sociais do projeto Brincadeiras desenvolvem esta ação em outros casos identificados no desenvolvimento do projeto de extensão e a partir dessas ações e aprendizados, seguimos empenhados em identificar, agir e pensar em diferentes formas de acessar e garantir um trabalho em rede mais efetivo.

Considerações Finais

Com base nos relatos analisados à respeito das intervenções em rede do Projeto Brincadeiras, pode-se concluir que o atendimento à criança e adolescente previsto na Lei 8.069/1990- ECA carece ainda de melhor articulação e comunicação. Neste sentido, as ações promovidas pelos educadores e coordenadores do PCA contribuem diretamente para uma otimização no atendimento infanto-juvenil e seus necessários direcionamentos.

Ademais, revelou-se imprescindível a atuação do educador social na identificação de violações e tomada de decisões relativa a direitos da criança e adolescente. Dessa forma, a partir das experiências do PCA e do Projeto Brincadeiras, entendemos a importância da formação deste educador, para que possa, compreender melhor as diferentes violações e, a partir da prática, construir uma visão articulada e propositiva em conjunto à rede de atendimento.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da solidariedade**. São Paulo: Paz e terra, 2014.

MAGER, et. al. **Práticas com crianças adolescentes e jovens** : pensamentos decantados. Maringá: EDUEM, 2011.

MARCHI, João A.; MÜLLER, Verônica R. "**Faz assim ó**" :modos de ensinar das crianças como subsídio para a educação. Curitiba: Appris, 2018.

MORALES, Marcelo. ¿Qué hacés vos que yo no haga? Pistas sobre la identidad del Educador Social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., 2012, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: Associação Brasileira de Educadores Sociais, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092012000200004&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 28 set 2015.

MORGADO, José Carlos. **O Estudo de caso na investigação em educação**. Portugal: De Facto editores, 2012.

MÜLLER, Verônica R.; RODRIGUES, Patrícia C. **Reflexões de quem navega na educação social: uma viagem com crianças e adolescentes**. Maringá: Clichetec, 2002.

MÜLLER, Verônica R.; MORELLI, Ailton J. (org.). **Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver**. Maringá: Eduem, 2002.

NATALI, Paula M. **Formação profissional na educação social: subsídios a partir de experiências de educadores latino americanos**. 243 f. Tese de Doutorado do Programa em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2016.